

Aprender sustentabilidade: caminhos de uma horta comunitária urbana do Sul do Brasil

Learning sustainability: urban community garden paths in Southern Brasil

Aprendizaje sobre sostenibilidad: caminos desde un huerto comunitario urbano en el Sur de Brasil

Lilian Alves Schmitt¹
Marcos Villela Pereira²
Isabel Cristina de Moura Carvalho³

Resumo

O artigo aborda a importância da interdisciplinaridade na educação e na promoção de uma cultura de sustentabilidade nas cidades. Destaca as preocupações relacionadas aos riscos ambientais, desigualdade social e injustiça, e reitera a necessidade de lidar com esses desafios em um mundo em colapso ambiental. Explora-se a ideia de atravessar o deserto como uma metáfora para enfrentar os desafios contemporâneos argumentando que este enfrentamento envolve a participação em práticas sociais situadas, especialmente em comunidades de prática. As comunidades de prática assim são definidas como conjuntos de relações entre pessoas, atividades e o mundo em que vivem ao longo de um dado tempo. Desempenham papel fundamental na aprendizagem pensada como prática social. A Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro é apresentada como um exemplo de iniciativa bem sucedida que promove a educação ambiental, a inclusão social e a produção de alimentos orgânicos. A história e os princípios da horta são destacados, incluindo seu papel na formação de comunidades de prática. Conclui-se o texto enfatizando a importância do apoio das instituições educativas e da articulação política entre diferentes atores para enfrentar os desafios ambientais e sociais contemporâneos.

Palavras-chave: Aprendizagem; Comunidades; Educação; Sustentabilidade;

Abstract

The article addresses the importance of interdisciplinarity in education and in promoting a culture of sustainability in cities. It highlights concerns related to environmental risks, social inequality and injustice, and reiterates the need to address these challenges in a collapsing world. The idea of crossing the desert is explored as a metaphor for facing contemporary challenges, arguing that this coping involves participation in situated social practices, especially in communities of practice. Communities of practice are thus defined as sets of relationships between people, activities and the world in which they live over a given period of time. They play a fundamental role in learning thought of as a social practice. The Lomba

¹ Universidade Federal do Rio Grande (FURG).Rio Grande/RS, Brasil. E-mail: lilian.schmitt@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5136-2971>

² Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.Porto Alegre/RS, Brasil.
E-mail: marcos.villela.pereira@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3977-5167>

³ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). São Paulo/SP, Brasil. E-mail: isacrismoura@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8282-9394>

do Pinheiro Community Garden is presented as an example of a successful initiative that promotes environmental education, social inclusion and organic food production. The history and principles of the garden are highlighted, including its role in forming communities of practice. The text concludes by emphasizing the importance of support from educational institutions and political articulation between different actors to face contemporary environmental and social challenges.

Keywords: Learning; Communities; Education; Sustainability;

Resumen

El artículo aborda la importancia de la interdisciplinariedad en la educación y en la promoción de una cultura de sostenibilidad en las ciudades. Destaca las preocupaciones relacionadas con los riesgos ambientales, la desigualdad social y la injusticia, y reitera la necesidad de abordar estos desafíos en un mundo en colapso. Se explora la idea de cruzar el desierto como metáfora del enfrentamiento a los desafíos contemporáneos, argumentando que este afrontamiento implica la participación en prácticas sociales situadas, especialmente en comunidades de práctica. Las comunidades de práctica se definen así como conjuntos de relaciones entre personas, actividades y el mundo en el que viven durante un período de tiempo determinado. Desempeñan un papel fundamental en el aprendizaje pensado como una práctica social. El Huerto Comunitario Lomba do Pinheiro se presenta como un ejemplo de iniciativa exitosa que promueve la educación ambiental, la inclusión social y la producción de alimentos orgánicos. Se destacan la historia y los principios del jardín, incluido su papel en la formación de comunidades de práctica. El texto concluye enfatizando la importancia del apoyo de las instituciones educativas y la articulación política entre diferentes actores para enfrentar los desafíos ambientales y sociales contemporáneos.

Palabras clave: Aprendizaje; Comunidades; Educación; Sostenibilidad;

Introdução

Os modos de viver e aprender nas cidades constituem uma questão interdisciplinar importante no enfrentamento dos desafios de uma educação preocupada com a promoção de uma cultura de sustentabilidade. Neste artigo⁴ optamos por não fazer uma diferença entre educação ambiental e educação para sustentabilidade. Entendemos Educação Ambiental como conceito mais amplo, que inclui os objetivos da sustentabilidade. Desde a década de 1990, quando surgiu o conceito de Desenvolvimento Sustentável, acompanhamos o debate sobre educação ambiental, educação para o desenvolvimento sustentável e, mais recentemente, educação para a sustentabilidade. Já nos posicionamos sobre o assunto (Carvalho, 2002), e criticamos o conceito de desenvolvimento sustentável (Scotto, Carvalho, & Belinaso, 2011).

⁴ O artigo é resultante da pesquisa de tese intitulada “Aprender (n)a horta urbana: práticas e experiências em comunidade”. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9727>. Acesso em setembro de 2023.

Reconhecemos que a sustentabilidade é um conceito mais amplo e já traz alguns elementos da crítica à noção de desenvolvimento sustentável. Contudo, ainda preferimos manter o conceito original de educação ambiental, sem reduzi-lo a uma educação “para”, como seria o caso de educação para sustentabilidade.

O contexto de riscos ambientais, a crescente desigualdade e injustiça social nos leva a pensar de modo vigilante e permanente sobre estratégias para viver em um mundo que colapsa. Ailton Krenak, intelectual brasileiro indígena do povo Krenak, em seus escritos sobre a atual conjuntura no livro *A vida não é útil*, salienta a necessidade de aprendermos a lidar com o que se apresenta:

O que nos resta é viver as experiências, tanto a do desastre quando a do silêncio. Às vezes nós até queremos viver a experiência do silêncio, mas não a do desastre, pois é muito dolorosa. Nós, Krenak, decidimos que estamos dentro do desastre, ninguém precisa vir tirar a gente daqui, vamos atravessar o deserto, temos que atravessar. Ou toda vez que você vê um deserto você sai correndo? Quando aparecer um deserto, o atravesse (KRENAK, 2020, p.116).

Atravessar o deserto não é simples. A travessia é caminho, uma sequência de posições que implicam estar engajado e atento a este deserto, imerso e de prontidão para o que é colocado como desafio. Nosso argumento aqui está circundando este debate: como é possível pensar em novos modos de ser a partir de um mundo que colapsa?

Para tratar deste tema, recorreremos, em diálogo com o que nos aponta Krenak, a uma noção de aprendizagem baseada na participação em uma prática social situada. Estamos entendendo que aprender a viver um modo diferente do que temos vivido, mais próximos do que chamamos sustentabilidade - ou nas palavras de Krenak, aprender a *atravessar o deserto* - passa por vincular-se a práticas sociais e coletivas que produzem relações sustentáveis com o ambiente e entre as pessoas. No contexto em que vivemos, praticar modos de existência pautados pela sustentabilidade configura uma resistência às lógicas que o capitalismo assume em nossas sociedades. Lógicas que produzem a dissociação individualista entre os sujeitos e seus meios, nos distintos territórios.

Para compreender como se tornam possíveis espaços sociais de aprendizagem que conseguem ser efetivos, criando dissonâncias em relação às formas hegemônicas e insustentáveis, uma noção chave que assumimos é a de *comunidade de prática*, proposta pela

antropóloga Jean Lave em sua teoria da aprendizagem situada (Lave, 1991). Desde a perspectiva da autora, uma comunidade de prática é um conjunto de relações entre pessoas, atividades e o mundo em que vivem ao longo do tempo e em relação a outras comunidades de prática tangenciais e sobrepostas. Uma comunidade de prática pode ser pensada, ainda, como uma dinâmica de prática cultural contínua e recursiva, constituída por seus participantes em um processo generativo de permanente mudança. A comunidade de prática, nesta perspectiva, é a condição de possibilidade da aprendizagem (Lave, 1991, 2019).

As práticas de horticultura urbana nas metrópoles, a depender de seus objetivos e intencionalidades políticas, podem vir a se constituir como comunidades de práticas no que se refere aos debates, desde uma perspectiva crítica, da situação ambiental. É o que temos discutido a partir dos escritos de Schmitt (2018; 2021) e Carvalho, Schmitt e Pereira (2021). Neste artigo apresentamos a experiência em campo de Schmitt (2021) na produção de sua tese de doutorado que se deu a partir do campo empírico em uma Horta Comunitária localizada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Nosso objetivo é apresentar o espaço educativo como um exemplar destes agrupamentos ampliados – que incluem uma grande diversidade de humanos, não humanos, coisas e instituições – e que constituem um exemplar de comunidade de prática.

Apresentaremos antes, uma breve introdução sobre o tema da agricultura urbana, localizando a discussão dentro de um panorama mais geral, o panorama de *ambientalização* das pautas sociais, destacando a partir desta contextualização o histórico da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro a partir dos documentos que foram cedidos na fase de campo.

Agricultura urbana e hortas comunitárias

Os problemas ambientais derivados do contínuo processo de expansão das cidades afetam de modos distintos as diferentes classes sociais (ACSELRAD, 2002). As dificuldades relacionadas ao saneamento básico e a escassez de alimentos de qualidade entre os mais pobres são apenas dois exemplos dos inumeráveis problemas ambientais ainda atuais e que necessitam ser enfrentados (FAO, 2011; FAO, 2017).

Historicamente o desenvolvimento das hortas urbanas surge como possibilidade para tentar combater a insegurança alimentar. Estudos como os de Zaar (2011; 2015) mostram que

o cultivo de hortas urbanas está ligado aos períodos de crise alimentar que tomaram países ocidentais durante o século XX. Entre as crises alimentares citadas pela autora estão as duas guerras mundiais e a guerra civil espanhola, que nos contextos de sua ocorrência implicaram na interrupção do circuito de produção e comercialização de alimentos, provocando períodos de escassez alimentar que se prolongaram aos períodos de pós-guerra. O histórico induziu diferentes países a criarem programas que estimulassem o cultivo de hortas familiares, escolares e também comunitárias (ZAAR, 2011).

Segundo a autora, um dos casos emblemáticos no contexto histórico das hortas urbanas a nível mundial é o programa *Liberty and Victory Gardens*, que durante as guerras mundiais estimulou, nos Estados Unidos, a construção de hortas (também comunitárias) para ampliação do acesso à alimentação. Estima-se que em 1943, cerca de 40% das frutas e vegetais frescos consumidos nesse país eram provenientes desse tipo de iniciativa (ZAAR, 2011).

Embora o percurso histórico das hortas urbanas não seja objetivo deste artigo, se faz necessário destacar que a discussão sobre hortas urbanas comunitárias não é recente. A pauta liga-se às demandas e necessidades básicas das populações, como acesso à alimentação e enfrentamento dos contextos de crise, em diferentes territórios. Atualmente, as hortas urbanas são amplamente divulgadas e é possível encontrar diferentes modelos ao redor do globo (FAO, 2017). O contexto de pandemia pelo qual passamos a partir de 2020 também impulsionou discussões sobre a importância de tais iniciativas em virtude da ampliação da ameaça ao direito básico de alimentação.

Os objetivos para o cultivo de hortas urbanas variam conforme as regiões onde localizam-se, podendo nascer de necessidades pontuais de cuidados com a alimentação – desejo da minimização da ingestão de produtos industrializados e agrotóxicos vinculados ao cultivo convencional – ou ainda, principalmente em áreas vulneráveis, relacionar-se com o argumento (e necessidade) do acesso à alimentação básica. Independente do objetivo, o fato é que essa tendência tem se ampliado e as pessoas estão cultivando pequenas hortas, seja no pátio de casa ou em hortas coletivas ou comunitárias, nas áreas comuns dos prédios ou em espaços públicos (Figura 1)



Figura 1: Canteiros de hortaliças na Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, Porto Alegre – RS.
Fonte: Lilian Alves Schmitt (2021).

É importante salientar que esta preocupação com a soberania alimentar, com a mudança de hábitos de consumo, e com certa *performance ecológica*, é também algo que se insere dentro de uma mudança cultural que vem acontecendo desde a década de 1970, uma internalização da pauta ambiental, denominada processo de ambientalização.

A ambientalização, segundo Acselrad (2010), refere-se tanto ao processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte de diferentes grupos sociais quanto pela incorporação concreta de justificativas ambientais para a legitimação de diferentes práticas (institucionais, políticas, científicas, etc.). Carvalho e Toniol (2010) definem o processo de ambientalização dando destaque à dimensão educativa nele presente como um

(...) processo de internalização nas práticas sociais e nas orientações individuais de valores éticos, estéticos e morais em torno do cuidado com o ambiente. Estes valores se expressam na sociedade contemporânea em preocupações tais como aquelas com a integridade, a preservação e o uso sustentável dos bens ambientais. Os processos de ambientalização têm uma dimensão educativa importante que reside, sobretudo, na formação ética, estética e moral de sujeitos e instituições ambientalmente orientados. A ambientalização das agendas das instituições e dos movimentos sociais pode ser identificada na esfera pública tanto na emergência de questões e práticas ambientais como um fenômeno novo quanto na reconfiguração de práticas e lutas tradicionais que se transformam ao incorporar aspectos ambientais (CARVALHO e TONIOL, 2010. p.1).

A ambientalização refere-se ao processo de internalização da questão ambiental nas esferas sociais e também na consciência dos indivíduos. Move-se pelo crescente reconhecimento da legitimidade de um campo de preocupações socioambientais na esfera pública, e produz um *habitus* ecológico que, por muitos motivos, inclusive mercadológicos, tende a se generalizar em diferentes medidas, afetando diversos campos sociais. Assim, a

literatura sobre os movimentos sociais nas últimas décadas tem, cada vez mais, chamado à atenção para a incorporação de uma agenda ambiental por uma série de lutas sociais (CARVALHO, FARIAS e PEREIRA, 2011).

O movimento da agricultura urbana entrelaçado às práticas de educação ambiental faz parte desse processo, e de certa forma introduz discussões interessantes ao tensionar novas formas de se viver no espaço urbano, avançando o debate no que se refere à luta pelo direito de acesso à cidade.

As hortas urbanas comunitárias ascendem em um contexto de discussões sobre o uso e a ressignificação dos espaços públicos no Brasil e no mundo. A reivindicação do movimento de hortas comunitárias urbanas refere-se ao direito à cidade e ao uso do solo urbano para uma agricultura de pequena escala, de caráter coletivo e, muitas vezes, com orientação ecológica nas práticas de cultivo e comercialização (BRANCO, MARINA CASTELO & ALCÂNTARA, 2011; MAAS, MALVESTITI, & GONTIJO, 2020; BIZARI & CARDOSO, 2016; CARNEIRO, PEREIRA & GONÇALVES, 2016; SANTOS & MACHADO, 2019).

Para Harvey (2013), o direito à cidade não pode ser entendido como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a luta por direitos políticos coletivos ao redor do que chama de *solidariedades sociais*, uma espécie de lógica outra de habitar o espaço urbano. O direito à cidade não é um direito apenas de acesso ao que já existe nela, mas um direito “ativo de fazer uma cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer) e definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano” (HARVEY, 2013, p. 33). A questão que aqui se apresenta é quem é o “nós” ao qual as “necessidades coletivas” respondem. No caso deste artigo, o nós a que nos referimos é o conjunto de sujeitos que constituem a iniciativa da Horta Comunitária Lomba do Pinheiro.

Aspectos metodológicos

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, constituindo a análise de um caso específico de Horta Urbana Comunitária.

Com base nos argumentos até então expostos, partiremos para o caso analisado evidenciando sua história como comunidade de práticas situadas. Tal experiência diz respeito à pesquisa participante de docentes que, à medida em que exercem seus ofícios em sala de aula, também entendem a necessidade de aprender junto aos movimentos sociais. Nesse

sentido, metodologicamente intentou-se estudar com e não sobre – as pessoas, os entes e os fenômenos. Pode-se nomear de muitos modos esse tipo de abordagem de pesquisa em educação, no entanto neste artigo, os dados sobre a trajetória desse movimento bem como os documentos acessados tem origem no processo de observação participante junto ao grupo da Horta Comunitária. Fomos inspirados pela antropologia ecológica de Tim Ingold (2019), que compreende que observar não é objetivar, mas atender às pessoas e coisas, seguindo os movimentos do campo em um certo acoplamento participativo.

A horta comunitária da Lomba do Pinheiro – território, história e a produção de condições de existência

“Na horta todos plantam de tudo, todos cuidam de tudo e todos colhem de tudo.”
Lema da Horta Comunitária (HISTÓRICO, 2018, p. 5)

Localizada na Zona leste de Porto Alegre, o bairro Lomba do Pinheiro até meados dos anos de 1940 manteve características rurais, seus moradores comercializavam seus produtos hortifrutigranjeiros no Centro de Porto Alegre. Os moradores da Lomba do Pinheiro eram na sua maioria procedentes do interior do estado, migrantes a partir do processo de êxodo rural (FREIRE, 2000).

A Lomba do Pinheiro, nos anos de 1970 passou a receber migrantes de municípios do interior do estado, um fenômeno que se estendeu por diversas partes de Porto Alegre. Em virtude da chamada “revolução verde” - ampliação das tecnologias agrícolas que ocasionou a mecanização das atividades no campo para o atendimento de demandas regionais - a cidade de Porto Alegre presenciou, neste período, um processo de “urbanização por expansão de periferias” (CARNEIRO, 1992).

A partir da década de 1960 e 1970, o bairro recebeu como migrantes pessoas oriundas de outros bairros da cidade. Neste momento a região entrou no processo de urbanização crescente, e em virtude disso, um aumento de demandas em relação à estruturação do bairro.

Uma das características da Lomba do Pinheiro é o seu histórico em termos de organização comunitária e a busca, por parte de seus moradores, por melhores condições de vida. A necessidade de regularização de terrenos e a busca por melhor infraestrutura foram as principais causas para a organização de associações de moradores. A primeira delas, fundada em 1956 na Vila São Francisco, conforme alguns moradores, foi a precursora da categoria no Rio Grande do Sul. O bairro destaca-se por sua diversidade cultural, sendo que as associações

comunitárias constituem um espaço político de construção da cidadania, com projetos e atividades que buscam a inclusão social de seus moradores (FREIRE, 2000).

A iniciativa da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro é uma destas iniciativas que buscam inclusão e desenvolvimento social. A iniciativa comunitária tem foco na produção orgânica e agroecológica de alimentos e integra conhecimentos técnicos e populares. Suas práticas visam à educação ambiental, promoção de saúde e a inclusão social. Traz como objetivos a multiplicação de conhecimento, o resgate da história do território, a produção de hortas caseiras, a promoção de alimentação saudável e orgânica e a promoção de cidadania (HISTÓRICO, 2018).

A área onde está localizada a Horta Comunitária situa-se na Estrada João de Oliveira Remião, parada 12A do bairro Lomba do Pinheiro. Encontra-se nos fundos do Centro Cultural e do Centro Administrativo Regional Lomba do Pinheiro (CAR Lomba do Pinheiro), em área pertencente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que é protegida, em uma de suas faces, por uma mata nativa. O espaço foi cedido para tal fim pela prefeitura do município de Porto Alegre para a atual versão do projeto em 2013. Esta conformação de trabalho e do espaço, com aproximadamente 7.000 m² de área cultivada, existe desde o mesmo ano.

A história da Horta Comunitária

Segundo o Conselho Popular da Lomba do Pinheiro⁵, a história deste espaço de inicia em maio do ano de 2004 a partir da implantação do Comitê Regional do Fome Zero⁶ na região da Lomba do Pinheiro, o foco do Projeto naquele período foi trabalhar com famílias onde havia a presença de crianças de zero a seis anos de idade em risco nutricional.

Faz-se necessário destacar que o Programa Fome Zero tem relação com a criação de Hortas. Criado em 2003, durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o programa governamental Fome Zero teve como meta o enfrentamento da fome e da miséria no país e suas causas estruturais e, por esse motivo, previa uma série de iniciativas. Para tentar garantir a segurança alimentar dos brasileiros, o Programa contou com ações que envolveram um conjunto de políticas públicas: a construção participativa de uma Política Nacional de

⁵ CONSELHO POPULAR DA LOMBA DO PINHEIRO. Blog do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, Porto Alegre, 19 de dezembro de 2015. Disponível em <http://cplombadopinheiro.blogspot.com/2015/12/horta-comunitaria-da-lomba-do-pinheiro.html> Acesso em: setembro de 2023.

Segurança Alimentar e Nutricional; e um grande mutirão contra a fome, envolvendo as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e todos os ministérios. De acordo com os relatórios do Programa, no Brasil, em 2003, existiam 44 milhões de pessoas ameaçadas pela fome. O Programa Fome Zero consistia em um conjunto de mais de 30 programas complementares alinhados ao objetivo de combater as causas imediatas e subjacentes da fome e da insegurança alimentar, implementados pelo ou com o apoio do governo federal. Essas estratégias colocaram o Brasil fora do Mapa da Fome no ano de 2014. A partir de 2003, a agricultura urbana fomentada nas pequenas e médias cidades a partir da estratégia de instituição de Hortas Comunitárias em terrenos públicos passa a ser uma política local atrelada ao Fome Zero. Segundo Silva et al. (2010, p. 32), que sistematiza a experiência do Fome Zero no Brasil, a política local de agricultura urbana prevê que o abastecimento e a produção alimentar local precisam ser mais valorizados nos pequenos e médios municípios e para tal várias iniciativas de alçada municipal podem estimular programas como Feira do Produtor e sistemas de entrega no domicílio de produtos frescos; cursos de formação para criação de hortas nas escolas; cadastro de terrenos urbanos sem uso para produção de hortas e a cessão para produção, por tempo determinado previamente, para pessoas interessadas e sem emprego; e alíquotas diferenciadas de imposto para terrenos aproveitados para este uso (Silva et al., 2010, p.32). Nesse sentido, a política de governo deste período parece ter produzido condições de possibilidade para que diferentes iniciativas de Hortas Comunitárias pudessem ocorrer por meio da cedência de espaços públicos municipais.

O Comitê Regional do Fome Zero na região da Lomba do Pinheiro, segundo informações disponíveis no Blog do Conselho Popular do Bairro, contava com quatro núcleos: o do Centro Cultural (onde a Horta Comunitária localiza-se atualmente); o do Recreio da Divisa, o do 5^a do Portal e o núcleo da Vila dos Herdeiros. Todos esses núcleos localizados na Lomba e acompanhados e organizados por diferentes moradores e lideranças comunitárias da região. Para esses núcleos, eram destinados mensalmente cestas básicas que eram distribuídas para cerca de 180 famílias.

Como previa a proposta da política pública, nesta época era garantida também a manutenção para duas Hortas Comunitárias – uma no Centro Cultural, que, segundo os registros do Conselho Popular, contou com o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da EMATER, e de instâncias da Prefeitura de Porto Alegre como o Centro Agrícola Demonstrativo (CAD) da Lomba do Pinheiro, Centro Administrativo Regional (CAR)

Lomba/Partenon, a antiga Secretaria Municipal de Governança Local (SMGL), Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde por meio dos Postos de Saúde e a Paróquia Santa Clara. A outra Horta foi iniciada na localidade do Recreio da Divisa, mas acabou não se viabilizando por conflitos locais.

Segundo os registros do Comitê Popular, na Horta do Centro Cultural, área conquistada por esforços de lideranças da Lomba do Pinheiro por meio do Orçamento Participativo, local que abriga a atual existência do Projeto, havia dezoito famílias engajadas e que produziam rúculas, rabanetes, alfaces, plantas medicinais, tomates, beterraba, pimentão, berinjela, etc. Segundo os dados do Blog do Comitê Popular, o objetivo do projeto naquele momento era contribuir na organização da sociedade civil através de uma alternativa de trabalho e produção de hortaliças, plantas medicinais e outros hortifrutigranjeiros, onde o fruto do trabalho promovesse o complemento alimentar e renda.

Com a transição do governo municipal, em 2005, o Comitê Regional foi desativo e a Horta Comunitária, por dificuldades operacionais e apoio governamental, cessou suas atividades.

Em 2010, a ideia de (re)construir a Horta Comunitária Lomba do Pinheiro surge em uma Pré-Conferência da Assistência Social, a partir da necessidade de atender famílias em situação de vulnerabilidade social pela produção de alimentos saudáveis e de geração de renda. Neste contexto, formou-se então um Grupo Gestor (2011 a 2012) constituídos por inúmeras entidades, entre elas algumas Associações Comunitárias, Conselhos Locais de Saúde, Paróquia, Conselho do Museu Comunitário local, representações da prefeitura (Centro Administrativo Regional da Lomba e Centro Agrícola Demonstrativo), CTG, Escolas da região, EMATER, Comitê Fome Zero e representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Segundo os registros do documento *Horta Comunitária Lomba do Pinheiro – HISTÓRICO*, material impresso que nos foi cedido para uso na pesquisa por um dos interlocutores, e com o qual construímos esta narrativa, as reuniões deste grupo gestor aconteciam em diferentes espaços comunitários da região e ao longo dos encontros foram definidos os princípios norteadores do trabalho: solidariedade, sustentabilidade e agroecologia. Os sentidos empregados a estes princípios não foram explicitados.



Figura 2: Placa fixa na sede da Horta Comunitária.
Fonte: Lilian Alves Schmitt (2021).

Os princípios e objetivos também foram delineados por este grupo, e são eles: I. Segurança e soberania alimentar, com produção e fornecimento de alimentos ecológicos à população; II. Geração de renda; III. Formação de multiplicadores; IV. Educação Popular; V. Educação Ambiental; VI. Melhorar a qualidade de vida da população; VII. Transformar espaços ociosos em locais de aprendizado formal e informal; VIII. Esclarecer a população a respeito do uso de fitoterápicos; IX. Fortalecer o associativismo e o cooperativismo; X. Fortalecer a economia solidária.

Em 2013, o Projeto Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro é retomado em uma nova perspectiva. Tem o apoio governamental da Prefeitura de Porto Alegre, da Secretaria Municipal de Educação, que cede um professor de seu quadro para que desenvolva atividades de Educação Ambiental envolvendo assim, a rede municipal. Junto com uma líder comunitária muito conhecida na região ambos coordenam então a iniciativa. Desde esse período (2013), já passaram pela Horta Comunitária mais de 20 mil pessoas – trabalhando, visitando, participando de oficinas, eventos e formações, principalmente em falas públicas. O cálculo é apresentado pelos próprios participantes, por meio de um caderno de registros, no qual apontam o controle das presenças no espaço.

A Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro tem se tornado uma referência importante como espaço de sociabilidades, e produção de hortaliças, chás, temperos, e outros produtos que são colhidos e distribuídos de forma igualitária entre os participantes. No espaço também ocorrem oficinas com diferentes temas: xaropes, doces, geleias, manejo agroecológico, entre outros. Dentre as frentes de atuação está o projeto de preservação da mata nativa que circunda a área de cultivo da Horta (7 mil metros quadrados), bem como a limpeza e revitalização do Arroio Taquara, arroio que corre nos fundos da área da Horta Comunitária.

No ano de 2015 uma pauta engajou diversos seguimentos da região da Lomba do Pinheiro, foi proposição aprovada pelo Conselho do Plano Diretor Municipal do gravame de uma rua que passaria por dentro da área da Horta. Por meio de mobilizações da comunidade e de uma audiência pública, houve a revogação do projeto da avenida. Atualmente, a comunidade é vigilante quanto a manutenção desse espaço pois as dificuldades perpassam tanto tensões de ocupação do espaço relacionadas a especulação imobiliária, quanto às tensões de ocupação referentes ao tráfego.

As espécies plantadas incluem hortaliças, ervas e outras plantas medicinais, pomar e algumas plantas alimentícias incomuns, chamadas Plantas Alimentícias Não Convencionais. As atividades que ocorrem no espaço são variadas, compreendendo preparação de canteiros, adubação ecológica, capina, plantio de hortaliças, ervas de chás e temperos, o regadio, a colheita, a produção de mudas, a coleta de folhas da mata para cobertura vegetal nos canteiros, as trilhas ecológicas, os jogos, os exercícios de relaxamento, rodas de conversa, palestras, estudos de plantas, oficinas, eventos como festas juninas, feijoadas, sopão e feitura de xarope e doces.

Com as e nas práticas deste particular espaço comunitário tem sido possível realizar o acompanhamento do desenvolvimento de habilidades relacionadas à aprender como aprender a ser, a habitar, e a desenvolver habilidades, ao mesmo tempo em que se constrói vínculos de pertencimento a um lugar, a uma comunidade que coproduz respostas às lógicas capitalistas, coproduzindo, nesse movimento, também condições para sua própria existência enquanto comunidade (SCHMITT, 2021).

Considerações finais

Iniciativas como a da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro se configuram como *comunidades de práticas* pelo fato de promoverem histórias de aprendizagem compartilhadas na medida em que produzem condições de possibilidade para ampliação da relação entre humanos e não humanos bem como trânsitos entre sujeitos de diferentes pontos da cidade de Porto Alegre que se circunscrevem em torno de demandas pautadas pela busca por simetria nas relações socioambientais. Importante destacar que a

(...) visão socioambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinamicamente e mutuamente. Tal perspectiva considera o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana, longe de ser percebida como extemporânea, intrusa ou desagregadora ('câncer do planeta'), aparece como um agente que pertence à teia de relações da vida social, natural e cultural e interage com ela. (CARVALHO, 2012, p. 37)

Aprender a atravessar o deserto, no sentido empregado por Krenak (2020), ou aprender a viver de diferentes modos em um planeta que colapsa, passa por estar engajado a comunidades situadas em práticas ambientalmente orientadas, pautadas pela sustentabilidade. Práticas de agricultura urbana como a refletida aqui parecem povoadas por humanos que tem sido compelidos a tentar mudar modos de viver, afetiva, mas também, politicamente, com toda a complexidade que isso representa.

As hortas urbanas comunitárias, a exemplo do caso aqui explicitado, podem oferecer oportunidades de aprendizado para os participantes, que vão desde habilidades práticas de cultivo até lições mais amplas sobre o vir a ser comunidade. O potencial desses espaços para o campo da educação ambiental mostra-se a partir das práticas ligadas à valorização da biodiversidade, interação com não humanos, conservação de elementos como água e solo e aprendizagens políticas, relacionadas às heterogeneidades de expectativas que se encontram nos espaços públicos.

De modo geral o aprendizado em uma horta urbana comunitária ocorre através da prática, observação, orientação de membros mais experientes e, muitas vezes, por meio de projetos pedagógicos formais ou eventos oferecidos pela comunidade ou por organizações parceiras. Além disso, a troca de conhecimento e experiências entre os participantes é uma parte fundamental do processo de aprendizado em uma horta comunitária, já que os praticantes, imersos em seu contexto, compartilham suas experiências e descobertas, coproduzindo assim o conhecimento coletivo.

Importante destacar que tais espaços também exercem papel fundamental na formação de educadores ambientais e professores da educação básica à medida em que operam com a sensibilidade às necessidades sociais, com a ampliação e protagonismo de vozes marginalizadas, e com a mobilização da sociedade civil em relação à pauta ambiental.

Outra esfera importante de atuação são as possibilidades de diálogo e negociação possibilitadas pois o trabalho em espaços comunitários pressupõe disputas, conflitos e necessidades de articulação política em torno da busca de soluções momentâneas para tais conflitos.

Às instituições educativas formais, acreditamos que cabe o apoio ao trabalho deste tipo de iniciativa, bem como a contribuição baseada no diálogo e articulação política. Entendemos que para o enfrentamento da distópica crise ambiental que vivemos se faz necessária a articulação política ampliada entre diferentes atores que ocupam também diferentes posições em uma gama diversa e também sobreposta de comunidades de práticas.

Referências

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 5, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22116>
Acesso em: 22 de setembro de 2023.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103- 119, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010> Acesso em: 22 de setembro de 2023.

BIZARI, Douglas R.; CARDOSO, Jean C. Reuse water and urban horticulture: alliance towards more sustainable cities. **Horticultura Brasileira**, v. 34, n. 3, p. 311-317, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-05362016003002> Acesso em: 22 de setembro de 2023.

BRANCO, Marina Castelo; DE ALCÂNTARA, Flávia A. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira?. **Horticultura Brasileira**, v. 29, n. 3, p. 421-428, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-05362011000300028> Acesso em: 22 de setembro de 2023.

CARNEIRO, Luiz C. **Porto Alegre: de aldeia a metrópole**. Porto Alegre: Oficina da História, 1992.

CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão; PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; GONÇALVES, Teomar Magalhães. Agricultura urbana e segurança alimentar no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 19, n. 1, p. 51-61, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1901> Acesso em: 02 de outubro de 2023.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. O ambiental como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. SAUVÉ, L.; ORELLANA, I.; SATO, M. **Textos escolhidos em educação ambiental: de uma América à outra**. Montreal: Publications ERE-UQAM, v. 1, p. 85-90, 2002.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. Docência em Formação: Problemáticas Transversais. 6ª Ed. Cortez, 2012.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; SCHMITT, Lilian Alves; & PEREIRA, Marcos Villela. Educação e sustentabilidade: aprendizagens em uma horta urbana. **Pedagogia Social Revista Interuniversitaria**, v. 37, p. 173-183. 2021. Disponível em:
<https://recyt.fecyt.es/index.php/PSRI/article/view/80518> Acesso em: 10 de setembro de 2023.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; TONIOL, Rodrigo. Ambientalização, cultura e educação: diálogos, traduções e inteligibilidades possíveis desde um estudo da educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. esp., p. 1-12, 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3393>. Acesso em: 10 de setembro de 2023.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; FARIAS, Carmen Roselaine; PEREIRA, Marcos Villela. A missão "ecocivilizatória" e as novas moralidades ecológicas: a educação ambiental entre a norma e a antinormatividade. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 35-49, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2011000200004> Acesso em: 10 de outubro de 2023.

CONSELHO POPULAR DA LOMBA DO PINHEIRO. **Blog do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro**, Porto Alegre, 19 de dezembro de 2015. Disponível em <http://cplombadopinheiro.blogspot.com/2015/12/horta-comunitaria-da-lomba-do-pinheiro.html> Acesso em: 20 de setembro de 2023.

FAO - **FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION**. La lucha contra el hambre y la pobreza: Perspectivas económicas y sociales. Informes de Política, v.10, p.1-2, 2010. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/012/al377s/al377s00.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

FAO - **FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION**. Comité de Agricultura. Agricultura urbana. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/urban-agriculture/es/>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

FREIRE, Eduardo Duarte, et al. Lomba do Pinheiro. Porto Alegre: **Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre**, 2000 (Memória dos Bairros).

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Martins Fontes, 2013.

HISTÓRICO DA HORTA COMUNITÁRIA. **Histórico**. Porto Alegre, RS, 2018. 20p. Documento Digitado.

INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?** Editora Vozes, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Companhia das Letras. São Paulo, SP, 2020.

LAVE, Jean.; WENGER, Wenguer. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. New York: Cambridge University Press. 1991.

LAVE, Jean. A prática da aprendizagem. In: ILLERIS, Knud (ed). **Teorias Contemporâneas da Aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2013, pp.235-245.

MAAS, Larissa; MALVESTITI, Rosane; GONTIJO, Leila Amaral. O reflexo da ausência de políticas de incentivo à agricultura urbana orgânica: um estudo de caso em duas cidades no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00134319, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00134319>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; FRANÇA, CG de. Fome Zero: a experiência brasileira. **Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário**, p. 93-99, 2010.

SCHMITT, Lilian Alves. **Aprender em comunidade**: práticas e experiências em uma horta urbana. (Projeto de Pesquisa, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre). 2018.

SCHMITT, Lilian Alves Schmitt. **Aprender (n)a horta urbana**: práticas e experiências em comunidade. Tese (Doutorado em Educação) – Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.305. 2021.

SANTOS, Maira dos; MACHADO, Mariana Campos Martins. Agricultura Urbana e Periurbana: segurança alimentar e nutricional, comportamento alimentar e transformações sociais em uma horta comunitária. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 27, p. e020010, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8650689>. Acesso em: 23 de setembro de 2023.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2007.

ZAAR, Miriam Hermi. —Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen y expansión. Biblio 3W. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XVI, n. 944, 2011. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-944.htm>. Acesso em: 20 setembro de 2023.

ZAAR, Miriam Hermi. A agricultura urbana e periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar. **Sociedade e Território**, v. 27, n. 3, p. 26-44, 28 dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/7870>. Acesso em: 10 outubro de 2023.

Recebido: dezembro/2023.

Publicado: janeiro/2024.

Revista *Devir Educação*, Lavras, vol.8, n.1, e-804, 2024.